



ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, Senhor presidente, senhores deputados, leitura da ata. “*Ata da Quarta Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro, secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Sete da Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Zé Teixeira, Zeca do PT, Pedro Kemp, Pedrossian Neto, Amarildo Cruz, Professor Rinaldo, Junior Mochi, Lidio Lopes e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Paulo Corrêa, Renato Câmara, Jamilson Name, Neno Razuk, Lia Nogueira, João Henrique, Lucas de Lima, João Mattogrosso, Mara Caseiro, Junior Mochi, Gerson Claro e Marcio Fernandes. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp e Rafael Tavares. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Alípio Miranda dos Santos (Picó); requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Zeca do PT, endereçada aos familiares de José Antônio Pereira dos Santos; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos familiares de Julia Marques Silva; requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçadas aos familiares de Vélia Lupinetti, Alberto Nacim Abrão, Matheus Viecili Brum, Rubens Ramão Apolinário de Souza e Anita Krumnheu; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Benito Marques Franco Filho; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao vereador Daniel Vieira da Silva por ter assumido, para a gestão do biênio 2023-2024, da presidência da Câmara Municipal de Guia Lopes da Laguna, na 17ª Legislatura; requerimento de informações, de autoria dos deputados Coronel David e Rafael Tavares. Indicações, de autoria dos deputados Pedro Kemp, Jamilson Name, Renato Câmara, Neno Razuk, Lucas de Lima, Coronel David, Lia Nogueira, Marcio Fernandes, Zé Teixeira, Amarildo Cruz, Pedrossian Neto, Rafael Tavares e Roberto Hashioka. EXPLICAÇÕES PESSOAIS – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quatorze de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três”.* Foi lida a ata, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados; imprensa aqui presente, pessoal do site, da Rádio e TV Assembleia, enfim, a todos os colaboradores da nossa Casa. Passo à leitura do expediente da Sessão Ordinária do dia 15 de fevereiro de 2023: Ofício nº 129/2023, da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, encaminhando os relatórios dos Termos de Fomento, Colaboração, Convênios e Termos Aditivos registrados pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul nos meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023 (Prot. nº 27.918/2023); Ofício nº 91/2023, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 27.828/2023). Senhor presidente, conforme sua solicitação, está lido o expediente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu pediria licença para me retirar da Sessão, para participar de uma audiência pública na Câmara Municipal de Campo Grande... E solicitaria permissão para representar esta Casa naquela audiência pública.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O senhor pode nos informar qual é o tema da audiência pública?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O tema da audiência pública é a Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes. Em função daquele episódio lamentável envolvendo aquela criança, a Sofia, a Câmara Municipal está fazendo essa audiência pública, e eu gostaria de participar, inclusive representando a nossa Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com certeza. É importante para nós a participação de Vossa Excelência, que está liberado para nos representar.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, pela ordem de inscrição, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, primeiro quero apresentar um requerimento à Mesa, subscrito aliás por inúmeros colegas, propondo a criação de uma frente parlamentar para fazer o acompanhamento da implantação da



Rota Bioceânica. Vossa Excelência sabe, como sabem os nobres pares, do processo acelerado das obras para que a rota chegue, deputado Pedrossian Neto, aos portos de Iquique e Antofagasta, no Chile. O Paraguai está com o asfaltamento do Chaco paraguaio praticamente concluído, desde as barrancas do rio Paraguai até as comunidades menonitas alemãs de Filadélfia e Loma Plata. Daí para frente, já estão licitados, pelo governo paraguaio, aproximadamente mais duzentos quilômetros, até a divisa com a Argentina. De lá para frente está tudo asfaltado, a Cordilheira dos Andes... A conclusão dessa obra vai inaugurar, deputado Paulo Corrêa, um momento novo, extraordinário para Mato Grosso do Sul e para o Centro-Oeste, tornando-nos altamente competitivos. Deputado Pedrossian Neto, Vossa Excelência que estuda economia, com a produção de Mato Grosso do Sul e do Centro-Oeste saindo pelos portos do Pacífico com destino aos países asiáticos, calcula-se que haverá um barateamento da ordem de 45% no custo do transporte. De modo que é fundamental que esta Casa recupere a ideia anterior da frente — estou subscrevendo o requerimento, com vários deputados, e gostaria que a Mesa o encaminhasse. Em segundo lugar, rapidamente, senhor presidente, faço dois registros. O primeiro: o presidente Lula lançou ontem o segundo momento do Minha Casa Minha Vida, substituindo o falido Casa Verde e Amarela, que eu apelidei de "Verde, Amarelo e Fantasma", porque não havia casa nenhuma. O objetivo é construir casas, gerar renda, gerar trabalho, promover o desenvolvimento — e, fundamentalmente, beneficiar famílias que tenham à frente uma mulher como responsável pela unidade familiar; famílias que tenham entre seus membros pessoas com deficiência, idosos, crianças; famílias em situação de risco e vulnerabilidade, em áreas de situação de emergência e calamidade pública. O governo Lula pretende, neste primeiro ano, construir 170 mil novas unidades habitacionais! E com um financiamento, para 2023, da ordem de 206 milhões de reais. Por último, senhor presidente, quero registrar que o presidente Lula também está lançando — e que fique registrado nos anais da Casa — o início do cadastramento de um programa chamado "Litígio Zero", que pretende renegociar as dívidas de todos os endividados. Quem tiver interesse, é só entrar no site Centro de Atendimento Virtual a Receita Federal. Precisamos dar uma nova expectativa de vida àqueles que infelizmente (aproximadamente 60 milhões), pastor, estão endividados: que possam recuperar a autoestima e contribuir com o desenvolvimento do Brasil. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, eu quero apresentar meu expediente. Começo falando da nossa participação, representando a Assembleia Legislativa, em Bonito, na audiência pública (consulta pública) que tratou da abertura do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Lá estivemos, senhor presidente, fizemos vários debates e recebemos alguns requerimentos apresentados pela população e por organizações. E eu estou aqui para fazer uma indicação pedindo ao governo do estado, através do senhor Washington de Souza, atual diretor da Agraer, que se digne fazer a concessão do uso do imóvel localizado à rua Conrado, onde era a antiga Empaer, que tem um espaço que pode ser cedido para a Associação Bonito Sustentável. Bonito é um patrimônio do estado, como todos sabem, um dos



nossos mais fortes cartões-postais, no mundo inteiro, mas que vem sofrendo o turvamento das águas. E agora, em razão de licenças que muitas vezes são concedidas sem um prévio estudo geológico das áreas de recarga dos aquíferos, estão sujando até águas de cavernas. Então é importante termos essa atenção, e essa entidade, essa associação, está fazendo um trabalho neste sentido: buscando soluções sustentáveis para que a produção e o ecoturismo possam caminhar na mesma direção. Trata-se de um pedido importante, e estamos fazendo o devido encaminhamento através da Assembleia Legislativa. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Gostaria de registrar os parabéns desta Presidência, da Mesa Diretora, desta Casa, ao jovem deputado Marcio Fernandes, que comemora hoje mais uma primavera, está de aniversário. Ele vai comunicar aos senhores deputados onde serão as festividades... Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, a nobre deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, integrantes da Mesa Diretora, colegas parlamentares, público que nos acompanha nesta Casa de Leis e também quem nos assiste pela TV Assembleia. Trago algumas indicações na manhã de hoje. Requeiro à Mesa que seja enviada moção de pesar aos familiares de Júlio César Arthur da Costa Escobar, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 13 de fevereiro agora, vítima de uma dengue hemorrágica. A cidade de Dourados está em comoção pelo falecimento desse jovem, desse adolescente que hoje faria quinze anos, justo na data em que será sepultado, lá em Dourados. Ele era de uma das categorias de base do clube de futebol Ubiratan, do Ubiratan Esporte Clube; morreu na madrugada de segunda-feira agora, no Hospital da Vida, vítima, como disse, de uma dengue hemorrágica. É uma tristeza que assola a população de Dourados, até mesmo pelo fato de que Júlio César vinha despontando como um provável novo nome do futebol sul-mato-grossense, ele que recentemente fora selecionado para fazer um teste, no final deste mês ainda; selecionado, deputado Pedro Pedrossian Neto, para fazer um teste no Fluminense, lá no Rio de Janeiro. A família estava toda envolvida com ações sociais, na tentativa de tornar realidade o sonho desse jovem, que vem de família humilde, e que poderia ter tido sua vida transformada pelo futebol, pelo esporte, mas que infelizmente faleceu de forma trágica. A família chegou a procurar a UPA mas foi orientada a voltar para casa, sem que se fizesse ao menos um exame que poderia ter detectado qual era o problema de saúde do jovem, deputado Roberto Hashioka — o que causou ainda mais indignação, revolta e comoção. Então, nossos sentimentos aos familiares desse jovem. Trago também a esta Casa de Leis um ofício indicando que seja encaminhado expediente à senhora Adriane Lopes, prefeita de Campo Grande, solicitando a limpeza do entorno da UPA lá do Santa Mônica, além dos serviços de patrolamento, encascalhamento e compactação para a rua Lúcia Helena Coelho Maymone, aqui de Campo Grande. Ambas as indicações visam a atender reivindicações da população da Capital. Os moradores reclamam das condições da citada via e do entorno da UPA do Santa Mônica, tendo em vista que após as chuvas a região fica intransitável, repleta de atoleiros. Trago ainda, na Sessão de hoje, uma indicação endereçada ao senhor Euclides Bandeira de Neto, diretor-geral substituto do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, Dnit, solicitando obras de recuperação do pavimento da BR-487, num trecho de cinquenta quilômetros, que se



inicia no entroncamento desta com a BR-163 e vai até o município de Itaquiraí. Recentemente estive na região e pude ver que a via está de fato intransitável; os riscos são constantes, tanto para os moradores quanto para os produtores rurais que por ali escoam seus produtos. Os usuários estão reclamando muito das condições dessa via na região de Itaquiraí; você sai do Paraná e já entra em Mato Grosso do Sul por essa BR... E nós sabemos que o governo do estado, sensível à situação, cômico da necessidade da recuperação da nossa malha asfáltica, temos certeza que fará uma extensão nos trabalhos de recapeamento dessa importante via também. Apresentamos também uma indicação, que será melhor explanada no Grande Expediente, sobre todo esse plano que está sendo estudado para que a água tratada chegue às aldeias Jaguapiru e Bororó, na reserva indígena de Dourados, que é a maior reserva urbana do Brasil em número de índios. Este assunto foi tratado por alguns colegas parlamentares na semana passada. No Grande Expediente, como dizia, falaremos sobre um dossiê, um relatório que fizemos acerca de um problema que é crônico: em pleno século XXI é inadmissível que famílias indígenas sejam tratadas pior do que animais — porque até o animal recebe tratamento mais digno do que o dispensado hoje às aldeias Jaguapiru e Bororó. Eu sou daquela cidade, como jornalista tenho acompanhado essa problemática, que vem de muitos anos... E nós vamos tocar nesse assunto, presidente, no Grande Expediente. Por enquanto é isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, presidente, membros da Mesa Diretora, nobres colegas deputados, e quem nos acompanha na data de hoje. Presidente, até complementando a fala do nobre deputado Zeca do PT a respeito do advento do novo Programa Minha Casa Minha Vida, eu queria informar aos demais colegas, e à opinião pública em geral de Mato Grosso do Sul, o seguinte. Eu estive no dia 26 de janeiro em Brasília com o ministro da Pesca, André de Paula, que inclusive é do PSD, do nosso partido. E na ocasião tive a oportunidade de conversar com ele sobre iniciativas visando à construção de casas, principalmente para a população ribeirinha. Ele então me confidenciou que dentro do governo há a possibilidade de destinação imediata de dez mil casas para essa população. Daí decorre que eu já subscrevi um ofício, e queria convidar os demais colegas dispostos a engrossar o coro, a assinarem comigo. Isto para que possamos trazer mais unidades habitacionais aqui para Mato Grosso do Sul, para diversas cidades, deputado Amarildo, principalmente para aquelas que já têm uma vocação pesqueira significativa, mas que apresentam, principalmente na área rural, condições complicadas de habitação — como as cidades de Coxim, Porto Murtinho e, principalmente, Anastácio, Aquidauana, Miranda, Corumbá e Ladário. Então, se nós pudessemos envidar um esforço coletivo para trazer essas unidades, tenho certeza absoluta que iríamos fazer um bem para Mato Grosso do Sul. Mas, presidente, eu gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer um requerimento. O objetivo desse requerimento é fiscalizar o cumprimento de um dispositivo legal que cria incentivos fiscais — dispositivo que já existe, a Lei Complementar nº 93/2001, que criou o MS Empreendedor, lei inclusive que é da época do governador Zeca do PT. E o que dispõe essa legislação? Dispõe



sobre a obrigatoriedade de as empresas que estejam auferindo um lucro real — ou seja, aquelas empresas cujo faturamento supere os 78 milhões de reais —, para que gozem do benefício do incentivo, destinarem 1% para o Feinad, que é o Fundo Estadual da Infância e da Adolescência. Nós então gostaríamos de saber se esse recurso, de 1%, que já seria pago como Imposto de Renda (e que portanto não é nenhum ônus, deputado Paulo Corrêa), está sendo depositado de maneira regular dentro desse fundo. Qual é a nossa preocupação? Todas essas declarações são feitas de maneira individual e espontânea, não há necessariamente uma fiscalização das estruturas administrativas com relação a isso. E este Parlamento, além de criar leis, tem o dever de fiscalizar para ver se esse recurso está sendo devidamente depositado nesse fundo. Então, requeiro à Mesa Diretora, nos termos do artigo 173 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, para que apresente informações referentes ao cumprimento do disposto no artigo 4º, parágrafo 2º, da Lei Complementar Estadual nº 93/2001, com redação dada pela Lei nº 147/2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação de 1% do Imposto de Renda anual ao Fundo Estadual para a Infância e Adolescência, o Feinad, pelas empresas beneficiárias do Programa MS Empreendedor que sejam tributadas pelo lucro real. Solicita-se que a Sead preste informações acerca dos seguintes itens: 1) cumprimento da legislação pelas empresas; 2) fiscalização quanto ao pagamento e destinação dos recursos pelos respectivos conselhos; e 3) valores arrecadados especificamente por cada empresa abrangida pela obrigação da Lei Complementar nº 93/2001. Eram essas as considerações, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares.

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Bom dia, Mesa! Bom dia, nobres colegas! Tenho algumas indicações para fazer no dia de hoje. Numa delas, relativamente ao bairro Santa Luzia, no entorno da Base Aérea de Campo Grande, solicitamos a limpeza de ruas e a instalação de uma boca de lobo para o escoamento de água. Noutra, relativamente ao bairro Nova Campo Grande, pedimos estudos no sentido de se viabilizar a inclusão de três avenidas nos próximos cronogramas de obras da prefeitura, para que sejam implementadas rede de esgoto, drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica. Essa região passou recentemente por obras nesse sentido e agora a população solicita a inclusão de três avenidas que não foram contempladas. Senhores, eu quero parabenizar a Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, que nas últimas duas semanas conseguiu tirar de circulação treze bandidos, conseguiu parar esses meliantes responsáveis pela dor de tantas famílias. Parabéns à Polícia Militar do Mato Grosso do Sul. Somente isso. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o nobre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, presidente Gerson, colegas e todos que nos acompanham. Senhor presidente, apenas para



encaminhar uma moção de congratulação. Chamou-me a atenção um texto de uma matéria intitulada "O herói da história". Trata-se de um garoto de apenas quatro anos, o Juninho, aqui de Campo Grande, lá do bairro Tarumã, que doou a sua medula para uma irmã que precisava de um transplante, tinha leucemia falciforme. E o que me chamou a atenção foi que esse garoto é autista. Portanto é com alegria que apresentamos essa moção de congratulação. A garota, de apenas dez anos, a Hílari Baren, contou com a solidariedade dos campo-grandenses para conseguir realizar o transplante de medula óssea em São Paulo, isto foi no mês de janeiro...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Posso assinar com Vossa Excelência, deputado?...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Com certeza.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Parabéns a esse menino maravilhoso, que doou à irmãzinha...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Um mês depois, deputado Paulo, conta a mãe da garota que esta já tinha recebido o transplante e que está tudo bem com a menina. E o doador, 100% compatível, seu irmãozinho Júnior, de quatro anos, que como disse é autista, ele é o herói da história. Então, é uma alegria muito grande para todos nós desta Casa encaminhar essa moção ao pequeno Juninho, o herói da história. É o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado João Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Cumprimento Vossa Excelência, membros da Mesa Diretora, nossos pares, a todos que nos acompanham pela TV Assembleia e aos que se fazem presentes nesta distinta Casa de Leis. Vou fazer dois registros. Primeiro de uma moção de pesar, endereçada à dona Aparecida Afif e familiares, em razão do falecimento de seu esposo, o doutor Ivoney Assad Villa Maior, médico anestesista, que faleceu no dia 14 de fevereiro do corrente ano. E uma indicação. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa de Leis ao secretário de estado de Segurança Pública, doutor Antonio Carlos Videira, solicitando reforço nas ações da segurança pública, sobretudo com maior policiamento, conduzidas no bairro Maria Aparecida Pedrossian, em Campo Grande. Nós recebemos essa reivindicação de algumas lideranças e do presidente da Amape [Associação de Moradores do Parque Residencial Maria Aparecida Pedrossian], doutor Jânio... Inclusive hoje estaremos lá na reunião do Conselho de Segurança, para levar uma resposta do nosso secretário, com quem aliás já conversamos ontem, mas fiz questão assim mesmo de apresentar a indicação... E aproveito para fazer um convite ao nobre deputado Rafael Tavares, que também está solicitando melhorias na Nova Campo Grande: quinta-feira teremos uma reunião na casa de uma liderança lá, juntamente com o secretário da Sisep, Domingos [Neto], para que possamos fazer as reivindicações, cobrando da Prefeitura Municipal de Campo Grande essas melhorias



que pede a população. Está feito o convite ao nobre deputado. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, imprensa, pessoas que se fazem presentes em nossa Sessão. Senhor presidente, faço uso da tribuna para requerer à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Sérgio Fernando Martins, presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, solicitando que se verifique a possibilidade de marcar o mais breve possível uma reunião conosco, para tratarmos da recente declaração que aventa a possibilidade da desinstalação de três comarcas no estado: as de Dois Irmãos do Buriti, Angélica e Pedro Gomes. De modo especial, senhor presidente, vejamos o que se passa com a Comarca de Pedro Gomes. Hoje a Comarca de Pedro Gomes possui um acervo de mais de dois mil processos em tramitação, sem falar da distribuição de mais quinhentos processos anuais. Além disso, o município vem experimentando franca ascensão, em função de que suas áreas, antes só de pastagens, estão hoje sendo incorporadas a um processo produtivo mais intenso, com plantio de soja, com plantio de milho. Cidade e região estão num considerável movimento de expansão e acho que o fechamento da comarca neste momento depõe contra esse desenvolvimento que a cidade experimenta. Isto é muito ruim, porque, havendo o fechamento, os munícipes terão de se deslocar de Pedro Gomes para Sonora, a mais ou menos cem quilômetros de distância, para ter a prestação jurisdicional. Portanto, venho aqui fazer esse apelo, até porque a própria OAB decidiu criar a Subseção da OAB de Pedro Gomes, e tem previsto no seu planejamento, no seu orçamento, a construção da sede da OAB em Pedro Gomes. Na verdade essa decisão vai de encontro às aspirações da população, da classe dos advogados que lá atuam, e prejudica obviamente a presteza do serviço jurisdicional, muito mais desenvolta se mais próxima, se dentro da comunidade. Então é este o apelo que estamos fazendo, para que o presidente do Tribunal de Justiça possa receber lá os advogados, a representação da OAB, os representantes desta Casa, para que possamos discutir a possibilidade de rever essa decisão que está sendo — por enquanto — anunciada. Eis o objetivo do nosso requerimento hoje, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, a nobre deputada Mara Caseiro, com a palavra.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, deputada Lia. Tenho algumas indicações... Estou reiterando uma indicação já bastante antiga desta Casa. Estou solicitando ao governo do estado e à Agesul a implantação de pavimentação asfáltica na MS-489, no trecho que liga a sede de Naviraí ao distrito Porto Caiuá, e na MS-145, no trecho que liga Naviraí ao município de Jateí, passando pelo assentamento Juncal. A pavimentação asfáltica é uma reivindicação antiga de Naviraí, das pessoas que utilizam esses trechos; acho



que merecem ser atendidas, e com certeza tal providência trará desenvolvimento para a nossa região. Também, senhor presidente, na mesma seara, tenho uma indicação dirigida ao nosso governador, Eduardo Riedel, e também ao presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), Mauro Azambuja Rondon, solicitando a pavimentação asfáltica da MS-340, no trecho que liga o município de Bandeirantes a Rio Negro. Ainda uma indicação endereçada ao governador, Eduardo Riedel, ao secretário de Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, Renato dos Anjos Garnes, solicitando a disponibilização de duas viaturas para atender a Polícia Militar no município de Iguatemi. A presente indicação foi formulada pelo prefeito de Iguatemi, senhor Lígio Ledesma. Era o que tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o **Pequeno Expediente**. Proposições lidas e sobre a mesa (*Duas indicações e um projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Vaz. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópias ao senhor secretário de Saúde, doutor Maurício Simões Corrêa, solicitando convênio entre a Fundação de Serviços de Saúde de Dourados (Funsaud) e a Secretaria de Saúde do Estado para a aquisição de uma mesa ortopédica cirúrgica, em vista da precariedade da atual mesa (Prot. nº 00273/2023). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópias ao senhor secretário Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, solicitando reforço policial na cidade de Cassilândia, devido ao aumento expressivo do número de crimes cometidos (Prot. nº 00286/2023). Institui a Campanha de Conscientização sobre o Linfoma Não Hodgkin no Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 00272/2023). Sete indicações, de autoria do deputado Coronel David. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao gerente executivo do Instituto Nacional do Seguro Social em Campo Grande, senhor Raimundo Martin Pereira Ruiz, solicitando estudos para a viabilização da cessão de um perito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para atendimento específico e permanente para o município de Iguatemi e circunvizinhos (Prot. nº 00261/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópias ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep), senhor Domingos Sahib Neto, solicitando os serviços da Operação Tapa-Buraco na avenida Júlio de Castilho próximo ao número 2321 (Prot. nº 00262/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriana Barbosa Nogueira Lopes, com cópias ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep), senhor Domingos Sahib Neto, solicitando os serviços de patrolamento e encascalhamento para a rua dos Vieiras, bairro Jardim Monte Alegre (Prot. nº 00264/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópias ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep), senhor Domingos Sahib Neto, e ao



diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a instalação e a pintura de um quebra-molas na rua Tokuei Nakão, próximo ao número 827, bairro Aero Rancho (Prot. nº 00265/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópias ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep), senhor Domingos Sahib Neto, solicitando os serviços da Operação Tapa-Buraco para as ruas Tokuei Nakão, Jornalista Vardir Lagos, Vila Nova Artigas e para as avenidas Raquel de Queiroz, Ezequiel Ferreira e Arquiteto Joaquim Barreto (Prot. nº 00266/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador, Eduardo Riedel, ao secretário de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), senhor Antonio Carlos Videira, ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso do Sul, coronel QOPM Renato dos Anjos Garnes, solicitando o aumento do efetivo (e a aquisição de uma viatura de Polícia Militar) no município de Corguinho, distrito de Taboco (Prot. nº 00267/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito de Bandeirantes, senhor Edervan Gustavo Sprotte, e ao secretário municipal de Obras, Gestão Urbana e Habitação, senhor Oldemar Silveira, solicitando a instalação de mata-burros e os serviços de patrolamento e encascalhamento na BTS-036, nas regiões de Boa Fortuna e Vale do Mimoso, ambas do município de Bandeirantes (Prot. nº 00268/2023). Um projeto de lei, de autoria do deputado Jamilson Name. Torna ilegal produzir, distribuir, comercializar, extrair, fabricar, transformar, preparar, possuir, manter em depósito, importar, exportar, reexportar, remeter, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou adquirir, para qualquer fim, o MMS (Mineral Miracle Solution - Solução Mineral Milagrosa) no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 00269/2023). Uma indicação, uma moção de pesar e um requerimento, de autoria do deputado João Mattogrosso. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente desta Casa de Leis ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, solicitando reforço nas ações de segurança pública, sobretudo com maior policiamento, no bairro Maria Aparecida Pedrossian, em Campo Grande (Prot. nº 00270/2023). Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar à doutora Aparecida Afif e familiares, em razão do falecimento de seu esposo, o doutor Ivoney Assad Villa Maior, médico anestesista que faleceu no dia 14 de fevereiro do corrente ano (Prot. nº 00271/2023). Requeiro à Mesa, em conformidade com artigo 160, V, e artigo 174 do Regimento Interno, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao governador, Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, solicitando que sejam prestados esclarecimentos e informações à Vigilância Sanitária, acerca do fornecimento de receituário tipo Talonário de Notificação de Receita (NRA) – (receituário amarelo), diante de informações e relatos de pacientes que dizem haver constatado desabastecimento temporário e/ou interrupção do fornecimento, sendo suprida por meio de substituição emergencial pelo Receituário Branco impresso ou manuscrito, em duas vias, causando assim transtornos e prejuízos aos pacientes psiquiátricos (foi retirado de pauta o requerimento de protocolo nº 297/2023, através do ofício GDJMT- 014/2023). Três indicações e um projeto de resolução, de autoria do



deputado Junior Mochi. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (Semadesc), senhor Jaime Elias Verruck, solicitando que seja viabilizado um projeto ambiental destinado à limpeza e à abertura do canal da Baía do Deda em Coxim, em atendimento a solicitação da Câmara Municipal de Coxim; reivindicação do vereador Vilmar Vendruscolo, firmada em conjunto com o prefeito municipal, senhor Edilson Magro (Prot. nº 00257/2023). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Elias Verruck, com cópia autônoma ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), senhor Washington Willeman de Souza, solicitando que seja criado um programa de integração na suinocultura numa parceria, na região norte do estado, entre o produtor rural, a prefeitura municipal, o governo do estado e a Aurora Alimentos, em atendimento à solicitação da Câmara Municipal de Coxim; reivindicação do vereador Vilmar Vendruscolo, firmada em conjunto com o prefeito municipal de Coxim, senhor Edilson Magro (Prot. nº 00258/2023). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada expediente deste Poder ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, solicitando se verifique a possibilidade da volta do GPM da Polícia Militar de Corguinho e do Destacamento da comunidade do Taboco, bem como a cessão de uma viatura nova para atender Taboco, em atenção ao anseio da população e de lideranças locais (Prot. nº 00259/2023). Projeto de lei que altera e acrescenta dispositivos ao Anexo da Resolução nº 65, de 17 de dezembro de 2008 – Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul – RIAL (Prot. nº 00260/2023). Três indicações, de autoria do deputado Lucas de Lima. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao senhor secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo, com cópia ao senhor governador, Eduardo Correa Ridel, solicitando que seja realizada com urgência a reconstrução da ponte do bairro Bahia, situada na zona rural do município de Nioaque (Prot. nº 00252/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à senhora Ilda Salgado Machado, prefeita de Fátima do Sul, com cópia ao senhor Julião Bispo Vieira, secretário municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, solicitando-lhes que providenciem a reforma e melhoramentos no Campo de Futebol Suíço - Clube Nipônico, localizado na rua Marechal Rondon, centro, na cidade de Fátima do Sul (Prot. nº 00253/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao senhor Janine de Lima Bruno, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), solicitando-lhes que providenciem a pintura de um quebra-molas na rua Raquel de Queiros, próximo ao número 2261, bairro Aero Rancho (Prot. nº 0254/2023). Uma moção de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Requeiro à Mesa, em conformidade com o que dispõe o artigo 173, da consolidação do Regimento Interno, que seja consignada moção de congratulação à senhora Stéphanie Ferreira, por ser a nova presidente da Comissão Nacional das Mulheres do Agro, da



Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) (Prot. nº 00285/2023). Uma indicação, de autoria do deputado Neno Razuk. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente ao diretor-presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), senhor André Borges Barros de Araújo, solicitando a viabilização de duas caminhonetas 4x4 a Diesel, para a Fundação Municipal Indígena de Sidrolândia, responsável pelo atendimento de sete aldeias indígenas (Prot. nº 00277/2023). Duas indicações, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Indico à Mesa, conforme os termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita municipal, com cópia ao senhor Domingos Sahib Neto, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, e ao senhor Ronilço Guerreiro, vereador da Câmara Municipal de Campo Grande, pleiteando que sejam urgentemente realizados os serviços de alargamento, nivelamento e encascalhamento da rua Confiança (no trecho entre as ruas Andorinha da Áustria e Corcovado), da rua Conquista (entre as ruas Vaz de Caminha e Guarulhos), da rua Danúbio Azul (entre as ruas Piraputanga e Confiança), e da rua Viena (entre as ruas Piraputanga e Confiança), no bairro Jardim Noroeste (Prot. nº 00280/2023). Indico à Mesa, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita municipal, com cópia ao senhor Domingos Sahib Neto, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, e ao senhor Ronilço Guerreiro, vereador da Câmara Municipal de Campo Grande, pleiteando que sejam urgentemente realizados os serviços de alargamento, nivelamento e encascalhamento da estrada EW-5 (no trecho entre as estradas NS-5 e NE-4) e da estrada EW-9 (no trecho entre as estradas NS-5 e NE-7), no bairro Chácara do Poderes (Prot. nº 00282/2023). Duas indicações e um requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder à gerência regional da Agência Nacional de Mineração em Mato Grosso do Sul, solicitando a retomada das fiscalizações periódicas das barragens com rejeitos gerados pela atividade de mineração no estado; bem como da sonegação fiscal e da mineração ilegal (Prot. nº 00249/2023). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Carlos Alberto de Assis, diretor-presidente da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de MS (Agems), solicitando medidas cabíveis no sentido de determinar à Empresa Cruzeiro do Sul a substituição dos ônibus velhos, que fazem a linha Dourados-Coronel Sapucaia, por veículos mais novos, atendendo assim a reivindicação dos usuários (Prot. nº 00251/2023). Solicito à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173 do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de pesar à senhora Ermínia Casimira Sanches dos Santos e ao senhor José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT, deputado estadual), em razão do falecimento do senhor Alípio Miranda dos Santos, conhecido como Picó, ocorrido no dia 12 de fevereiro de 2023 (Prot. nº 00250/2023). Uma indicação e dois projetos de lei, de autoria do deputado Pedrossian Neto. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Silog), solicitando o patrolamento da rodovia MS-244, que liga os municípios de



Jaraguari e Rochedo (Prot. nº 00248/2023). Projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de dedução de Imposto de Renda devido por Empresas Públicas Estaduais e Concessionárias de Serviços Públicos em favor do Fundo Estadual para Infância e Adolescência (Feinad) e do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (FEDPI) (Prot. nº 00255/2023). Projeto de lei que dispõe sobre a proibição de entrada de pessoa portando arma de fogo em estabelecimentos do Procon estadual e municipal, e dá outras providências (Prot. nº 00256/2023). Uma indicação, uma moção de pesar e uma moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Domingos Sahib Neto (Sisep), solicitando o encascalhamento ou o asfaltamento da rua Cambé, no bairro Guanandy II (Prot. nº 00263/2023). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares do senhor Antônio Caetano de Carvalho, em decorrência do seu falecimento, ocorrido na manhã do dia 13 de fevereiro de 2023 (Prot. nº 00278/2023). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao pequeno Júnior Barem, pelo ato de bravura de doação de medula óssea para sua Irmã Hilary (Prot. nº 00279/2023). Duas indicações, de autoria do deputado Renato Câmara. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), senhor Washington Willeman de Souza, solicitando a concessão de uso do imóvel localizado à rua doutor Conrado, para a instalação da sede da Associação Bonito Sustentável, localizada no município de Bonito (Prot. nº 00284/2023). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Dnit, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando a implantação de redutores de velocidade na BR-376, em frente ao Loteamento Ecopark, no município de Ivinhema (Prot. nº 00283/2023). Indico à Mesa, observadas as formas regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador, Eduardo Riedel, ao secretário de Infraestrutura, senhor Helio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando o recapeamento e a sinalização completa do trecho da rodovia MS-384 que liga os municípios de Caracol e Bela Vista (Prot. nº 00281/2023). Duas indicações, de autoria do deputado Zé Teixeira. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Caravina, solicitando a construção de trevo na rodovia MS-157, na ligação com a rodovia de acesso ao distrito de Santa Terezinha, no município de Itaporã (Prot. nº 00274/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, solicitando a viabilização de recursos da União a serem investidos em obra de pavimentação asfáltica no Parque de Exposições Messias Cordeiro, do Clube do Laço União Itaporanense e do Sindicato Rural, no município de Itaporã (Prot. nº 00275/2023). Um requerimento, de autoria do



deputado Zeca do PT. Requeiro à Mesa Diretora desta Casa de Leis a criação de uma frente parlamentar para acompanhamento da implantação da Rota Bioceânica (Prot. nº 00276/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o Deputado Amarildo Cruz. Transferida. Com a palavra, a Deputada Lia Nogueira... A nobre deputada disporá de trinta minutos.

DEPUTADO ZECA DO PT — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, rapidamente, pela ordem, para fazer um registro. Trinta anos atrás, aproximadamente, eu e meus dois irmãos, Heitor e Osório, ambos já falecidos, começamos com a ideia da saída para o Pacífico, e fomos muito censurados. Muitos diziam: "Esse povo é louco. Esses irmãos estão enganando, não têm o que falar". Num determinado momento dessa história, coronel, nós recebemos em Porto Murtinho — eu já governador, no início — uma delegação de empresários, políticos e lideranças da Argentina, do Chile, da Bolívia, do Paraguai. E eles encontraram o finado Heitor, que o senhor conheceu, muito triste, com todas as críticas que lhe faziam, dizendo que era mentira, que era enganação... E nunca mais esqueci que um senador fez uma citação para o Heitor, que eu queria registrar nesta Casa. Ele disse assim: "As grandes obras, as sonham os santos loucos (...)". O avô daquele moço, que está no celular ali, o Pedrossian, foi um santo louco, que sonhou coisas enormes para este estado e nós temos de reconhecer. "As grandes obras, as sonham os santos loucos; as realizam os empreendedores natos; as criticam os imbecis crônicos; e as desfrutam o cidadão comum". E nós estamos, praticamente, às vésperas de poder desfrutar dessa saída a que me referi aqui, propondo o requerimento da comissão. Como alguém lembrou aqui, não sei se o Rinaldo, eu sempre dizia que nós faríamos a Rota Bioceânica, que precisávamos sair para o Pacífico. E quando deveras sairmos para o Pacífico, que a gente chegar com a nossa produção animal e vegetal aos países asiáticos, onde há quase três bilhões de pessoas para comer, aí vocês verão o que vai acontecer... Eu brincava com os produtores, com os fazendeiros, dizendo-lhes assim: imaginem vocês o dia em que cada chinês resolver comer um bifinho... Porque não era da cultura alimentar deles a carne, mas agora começa a ser. Imaginem isso! Vai faltar boi no estado. É com tal entusiasmo que proponho hoje a constituição da comissão, pedindo o apoio dos nobres pares, para a gente acompanhar esse processo rápido da implantação da Bioceânica. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Bom dia mais uma vez, presidente, colegas parlamentares, quem nos acompanha pela TV Assembleia. Como disse anteriormente, no Pequeno Expediente, o que trago a esta Casa de Leis hoje é algo sério, deputada Mara Caseiro. Este Parlamento precisa não



só participar desse debate, mas juntos temos de buscar decisões, soluções em definitivo. Eu trago aqui hoje para vocês uma espécie de dossiê que a assessoria jurídica do meu mandato preparou, mas algo de que eu já tenho muito conhecimento. Sou natural de Dourados, defensora também das questões envolvendo os nossos indígenas, em especial os guarani-kaiowá. Nós temos a maior reserva do Brasil em número de índios, e precisamos defender os direitos dessa população também, para que num futuro não nos tornemos destaque nacional de uma forma negativa quanto à falta d'água tratada, de dignidade, principalmente nos fundos da Bororó, uma questão que se arrasta há mais de vinte anos. Nós temos aqui reportagens mostrando o drama das famílias indígenas: água, parte dela, contaminada... Vejam: "Sem água, famílias indígenas querem poço caseiro e rede da Sanesul". É um problema muito sério, e quando a gente vê isso, em pleno século XXI, deputado Lucas de Lima, é inadmissível, é inaceitável!... Nós temos crianças consumindo uma água que sai do córrego lá da aldeia, uma água imprópria para o consumo; água que essas famílias utilizam em reservatórios, deputada Mara, e que fica dias e dias parada; quando chove, eles colocam aquele vasilhame lá para poder coletar água. Eu penso que mais do que a ação do governo, mais que a nossa atuação parlamentar, mais do que investimento em obras imensas, mais do que se bater pelo resgate da economia, nós precisamos também cuidar da nossa gente. Nós temos de ter respeito, solidariedade: é uma questão de cidadania. Estamos falando aqui de famílias que não têm as mínimas condições de higiene, de nada, gente tomando esse tipo de água imprópria para o consumo, deputado Zeca do PT, fazendo comida com essa água. Essa situação é inaceitável, e nós, enquanto Assembleia Legislativa, não podemos ficar omissos a esse problema. Em Mato Grosso do Sul existe uma empresa sólida, capaz de prestar esse serviço de forma eficiente, de finalmente acabar com o sofrimento de famílias indígenas. Esta empresa é a Sanesul. E eu quero lembrar aqui que foi criado um grupo de trabalho para avaliar os problemas e propor soluções; eu entendo que a Sanesul deve assumir esse papel como contrapartida pela exploração dos serviços de abastecimento de água em várias cidades do estado, sendo Dourados uma delas. Quando eu era vereadora suplente, nós aprovamos um projeto que mantinha o contrato da Sanesul por mais de trinta anos, em Dourados, nos serviços de água e saneamento básico... É uma questão de contrapartida, essa mesma empresa deve cuidar desse nosso patrimônio histórico e cultural, das nossas raízes, e por conseguinte acabar com esse martírio das famílias indígenas. Aproveito para tocar num último ponto, a saber, que esta é uma luta também do nosso atual vice-governador Barbosinha, que utilizou este Parlamento por várias vezes para defender, para levantar essa bandeira. Isto posto, quero dizer que me coloco à disposição da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputada.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pois não?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência me permite um aparte?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pois não, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Primeiro para subscrever o pronunciamento, oportuno, importante e feliz que faz Vossa Excelência, sobre a vida, sobre a situação dos nossos povos indígenas, particularmente daqueles da região da Grande Dourados. Em segundo lugar, depois de ouvir um pronunciamento com tal veemência, eu começo a me perguntar: cadê a Missão Caiuá que recebeu, só no governo do presidente Bolsonaro, quase um bilhão de reais? Onde foi parar esse dinheiro?... Alguém pode dizer "não, mas a Missão Caiuá não recebe para fazer tratamento de água"... Verdade. Mas recebe para fazer a contratação de médico, de técnicos, de enfermeiros, de agentes de saúde, que, estes, teriam, portanto, obrigatoriamente a responsabilidade de dizer que o povo da reserva de dourados está sendo envenenado. E não fazem absolutamente nada! Terceiro. É exatamente por isso, e concluo, que estou propondo a esta Casa, provavelmente semana que vem (os advogados já estão trabalhando nisso), a abertura de uma CPI, para trazermos para dentro desta Casa a discussão e investigarmos onde vão parar os 850 milhões da Missão Caiuá... E cadê a dinheirama também do DSEI [Distrito Sanitário Especial Indígena], que é a delegacia da saúde indígena do nosso estado, que não resolve o problema da perfuração de poços e de tratamento de água nas aldeias?!... Parabéns pelo seu comprometimento com a causa daqueles que mais sofrem, e que são os povos originários, donos disso aqui tudo.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito obrigada pela colaboração, deputado... Só para encerrar o assunto, quero dizer que esse grupo de trabalho foi criado para aperfeiçoar os serviços de abastecimento de água nas aldeias indígenas de Dourados, para juntos apresentarmos uma solução definitiva para esse problema histórico. E aí eu gostaria de colocar à disposição o mandato da deputada Lia Nogueira, e também convidar os demais parlamentares para que juntos possamos, quem sabe, até criar uma comissão, possamos acompanhar esse grupo de trabalho que reputo fundamental para que possamos avançar. Nós temos de garantir aos nossos indígenas um mínimo de dignidade; não podemos admitir que esses brasileiros de fato, que o são, sejam tratados pior do que animais.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Um aparte, deputada Lia?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pois não, deputada Mara.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Como nos enriquece, a nós mulheres, um assunto como esse, a preocupação com a comunidade indígena. Meu Deus, água é cidadania, é o princípio ativo da vida! Então não dá para imaginar que em pleno século XXI estejamos passando por uma situação como essa, é difícil ver nossos irmãos indígenas passando por uma situação como essa, que pode trazer — e está trazendo — doenças para as suas crianças, como a verminose, etc., simplesmente por não disporem de uma rede de água tratada. Então eu me somo a Vossa Excelência nessa luta. Temos de discutir, sim, a questão da saúde, a questão da educação, a questão de oferecer oportunidades para os nossos irmãos indígenas; precisamos saber como estão vivendo essas comunidades no estado. O que temos de trazer para as nossas comunidades indígenas é cidadania, é o direito de ser cidadão e de poder desfrutar, sim, de uma educação de qualidade, de uma saúde de qualidade...



Com certeza, este é um princípio básico: levar água tratada para as nossas aldeias de Mato Grosso do Sul. Parabéns, deputada Lia, por trazer esse debate para esta Casa.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Obrigada, deputada, pela colaboração. Outro assunto que eu trago para este Parlamento toca justamente no problema da educação, que é uma ferramenta de transformação da sociedade. E aí eu trago para a Assembleia Legislativa hoje, presidente Gerson Claro, nosso primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, a indignação da população da minha cidade. Nós já iniciamos o ano letivo e acreditem vocês, nobres deputados... Em Dourados, deputado Pedro Pedrossian Neto, ainda há criança fora da sala de aula — ainda! — e por incompetência da administração municipal. Temos falta de professores em sala de aula. A educação infantil, prefeito de Dourados, é competência das prefeituras, é uma responsabilidade do senhor, e portanto o senhor tem de abraçar essa causa. Nós estamos tendo um déficit lá, deputado Amarildo Cruz, muito grande, e isso é muito preocupante. Ano passado, essa problemática já ocorreu; agora estamos tendo mães protestando em frente à prefeitura, deputada Mara Caseiro, porque seus filhos estão fora da sala de aula. E aí essa responsabilidade recai sobre os pais, que por sua vez vão fazer o quê, se não há vagas suficientes, e em todos os níveis de ensino? Mas, em especial, a educação infantil, como disse, é competência das prefeituras. É uma administração municipal que não cumpre a lei do piso salarial, que não garante vagas para as nossas crianças, em especial da educação infantil; e nós temos três Ceinfs, os chamados Centros de Educação Infantil municipal, cujos recursos federais já tinham sido disponibilizados, e essas obras já teriam de ter sido concluídas — e isso ainda não aconteceu. Como representante de Mato Grosso do Sul, dos setenta e nove municípios, mas em especial da minha cidade, eu não posso ficar omissa, e nós vamos cobrar um posicionamento o mais urgente possível acerca da educação em Dourados. Esse caso que eu trago aqui à Assembleia é muito grave. É o que eu tenho para hoje, presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Grande Expediente, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, no Grande Expediente, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — sem revisão do orador — Mais uma vez, bom dia todos. Bom dia, presidente. Uma das principais distorções criadas desde o advento da Constituição federal de 1988 é a lacuna existente quanto ao financiamento das ações públicas de fortalecimento da assistência social. Se observarmos o desenho e a arquitetura da Constituição Federal brasileira, veremos que a educação e a saúde possuem recursos próprios, possuem recursos carimbados, possuem uma política que dá sustentação para avanços progressivos nessas duas áreas. Quando porém olhamos especificamente para a assistência social, para esta que é uma das atividades capazes de resolver ou mitigar grande parte dos conflitos existentes na sociedade, nada: há uma grande lacuna, uma grande omissão do constituinte. Qual é o reflexo disso na elaboração dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios? Via de regra o que se vê é um subfinanciamento da assistência social, que em raríssimas — raríssimas — condições ultrapassa 2% do



valor orçado pelo poder público. Diante desse fato, nós vemos aqueles que militam na assistência social sujeitos a enfrentar um verdadeiro calvário, coisa que em situações normais não aconteceria. Aqueles que resolvem defender a pessoa com deficiência, aqueles que resolvem montar uma associação para proteger as crianças com síndrome de Down, ou ainda aqueles pais que têm um filho com Transtorno do Espectro Autista, ou que tenham tido o desafio de cuidar de uma criança com microcefalia, com hidrocefalia, com paralisia cerebral... ah, esses precisam pedir favores, deputado Junior Mochi. Precisam pedir favores, seja ao Executivo, seja a parlamentares, federais ou estaduais. Eu me incomodo, sinceramente, quando vejo entidades da força e da importância de uma Pestalozzi, de uma Apae, de uma Associação Juliano Varela, ou da instituição Renasce uma Esperança; ou mesmo aquelas pessoas (como a dona Josefa, que cuida da Casa da Vovó Miloca) que cuidam de crianças que sofreram abuso sexual — me incomoda sinceramente ver essas instituições com pires na mão, pedindo favores a parlamentares em troca de uma emenda... emenda. É muito bom conceder emenda, mas nós precisamos de uma política efetiva para despolitizar a assistência social, irrigar esse tipo de ação com recursos carimbados, com recursos destinados, com recursos assegurados no orçamento público, para que esse tipo de ação possa ser feita sem precisar passar pelo sistema político. E a pessoa idosa? E o direito da pessoa idosa?... Vejam o estado de abandono em que se encontram os idosos no estado de Mato Grosso do Sul. Eu convido aqueles que nos estão escutando para irem lá ao Asilo São João Bosco, a irem à Sirpha, a que dediquem parte do seu tempo para visitar a Casa de Abraão, a Casa do Aconchego. Vejam quantas famílias, infelizmente, abandonam o idoso. Mas graças a Deus temos uma rede de solidariedade bem ativa, dessas instituições que acolhem, que protegem, que dão carinho, dignidade. E fazem isso muito melhor do que o poder público, podem ter certeza. E pasmem, são justamente essas instituições que se encontram com seu orçamento à beira da falência, são essas instituições que têm de fazer bingo beneficente, que têm de fazer feijoada solidária, que têm de fazer pastelada para encontrar recursos para fazer aquilo que o estado deveria fazer. Eu quero fazer do meu mandato um instrumento de luta, de defesa dessas instituições... E não só dessas instituições, porque atrás delas há um conjunto bem grande de famílias que também precisam da nossa solidariedade, nós não estamos fazendo nenhum favor em defendê-las: é nossa obrigação. Eu apresentei na data de hoje um projeto de lei que não resolve o problema, mas que certamente ajuda bastante, na medida em que obriga as empresas concessionárias do serviço público estadual, as empresas públicas de Mato Grosso do Sul, as sociedades mistas, as empresas que firmaram com o Estado de Mato Grosso do Sul parcerias público-privadas, tais como Energisa, Sanesul, MS Gás, MS Pantanal, que são grandes empresas, obriga-as a destinar 1% do Imposto de Renda devido em cada período de apuração — o que antes pagariam normalmente para o fisco, para a Receita Federal — para o Feinad, que é o Fundo Estadual da Infância e da Adolescência; e a destinar 1% para o Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Nós fizemos uma pesquisa e eu fiquei surpreso ao saber que não existe essa obrigatoriedade. Muitas vezes essas empresas até o fazem, deputada Mara; mas uma empresa como a Energisa, que é de caráter nacional, pode até fazer a dedução, mas a faz beneficiando outros projetos, e em outros estados. Ora, que nós possamos usar a força do poder público para destinar melhor esses recursos! De forma que nós apresentamos esse



texto, e quero convidar aqueles parlamentares dispostos a subscrevê-lo a que nos ajudem com relação a isso. Porque eu tenho certeza absoluta de que não vai resolver, mas vai ajudar muito a mitigar um grande problema.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Permite-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Por gentileza.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Primeiro quero parabenizá-lo pela iniciativa, extremamente louvável. Há de fato previsão legal no Estatuto da Criança e do Adolescente, se não me falha a memória, no artigo 260, de que as empresas podem fazer essa doação, com a respectiva redução no Imposto de Renda devido. O que eu acho interessante, a diferença fundamental que há nesse projeto que Vossa Excelência apresenta, é justamente tornar obrigatório o 1%. Porque é o que prevê o Estatuto: 6% para a pessoa física e 1% para as pessoas jurídicas. Elas podem fazê-lo, a legislação federal diz isso. Obviamente que teremos de examinar a competência dessa legislação suplementar, de vez que o novo dispositivo legal torna obrigatória e não facultativa a doação. De qualquer forma, acho extremamente importante a proposta, acredito que com isso nós vamos dotar tanto o Fundo Estadual da Criança e do Adolescente quanto o do idoso (com a possibilidade de contemplar também os fundos municipais) de um recurso adicional importante para financiar as ações para a promoção social tanto de idosos quanto de crianças e adolescentes. Parabéns pela iniciativa, pela fala.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Obrigado, deputado Junior, e o convido também a subscrever conosco o projeto. Quanto à questão levantada por Vossa Excelência, quero dizer que já existe um precedente, deputado Mochi. Na Lei Complementar nº 93/2001, que cria o MS Empreendedor, já existe a obrigatoriedade. As empresas beneficiadas pelo nosso incentivo fiscal, aquelas que são contribuintes do lucro real — ou seja, grandes empresas cujo faturamento seja superior a 78 milhões de reais ao ano —, para que possam fruir, gozar do incentivo fiscal, elas ficam obrigadas a depositar 1% no Feinad. Inclusive nós vamos propor que seja 1% no Feinad e também 1% no Fundo Estadual do Direito da Pessoa Idosa. Já existe, portanto, o precedente estabelecendo a obrigatoriedade... O que aliás é justo: se você recebeu um incentivo fiscal do governo do estado, que está renunciando a uma receita em prol de uma empresa, nada mais justo que ela destine essa parte do Imposto de Renda (que ela já pagaria) para fundos estaduais para a sustentação dessas políticas. Muito obrigado. São essas as minhas considerações.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp... O deputado Pedro Kemp está em missão lá na Câmara... Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Antes da Ordem do Dia, queria anunciar que já temos aqui, embora faltando ainda a denominação, a formação dos blocos, deputado Lucas de Lima. O bloco 1 é integrado pelos partidos MDB, PL, PR, Podemos, Progressista e PSD: deputados Junior Mochi, Renato Câmara, Marcio



Fernandes, Coronel David, Neno Razuk, Antonio Vaz, Professor Rinaldo, Londres Machado, Gerson Claro e Pedrossian Neto. Bloco 2, a ser ainda denominado, é integrado pelos partidos PSDB, União Brasil e PDT, deputado Lucas: deputadas Mara Caseiro e Lia Nogueira, deputados Paulo Corrêa, Jamilson Name, Zé Teixeira, João César e Lucas de Lima, já com a definição de líder e vice-líder; o líder do bloco é o deputado Jamilson Name e a vice-líder é a deputada Lia Nogueira, do município de Dourados. O PT fica com a representatividade da própria bancada: líder, o deputado Amarildo Cruz, vice-líder o deputado Zeca do PT. Ainda nos falta a indicação dos líderes do bloco 1 e do líder do governo. Esperamos que até amanhã tenhamos isso concluído já para a indicação das comissões. De qualquer maneira já avançamos bastante. Agradeço a atenção dos nobres deputados.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ah, só para confirmar: o deputado Roberto Hashioka, do União Brasil, está também no bloco... Tem a palavra, pela ordem, o nobre deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, à guisa de esclarecimento: Tendo em vista que o Patriota, meu partido, não atingiu a cláusula de barreira, e está em processo de fusão com o PTB e outros partidos, nós estamos aguardando. E por não termos ainda uma definição quanto à questão partidária, eu gostaria de esclarecer a esta Casa que não participarei de nenhum bloco. Ficarei aqui de maneira isonômica, tranquilo, há muito que trabalhar; ficou aí represada uma demanda grande devido aos dois anos de pandemia, o que dificultou muito a visita ao interior do estado. Quero me concentrar nas minhas visitas às bases do interior, não descurando do trabalho que sempre prestei à população de Mato Grosso do Sul. Não gostaria, portanto, de participar de nenhuma comissão este ano, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em discussão única e votação simbólica. 6 requerimentos, 45 indicações e 1 moção de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 2. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Joaquim Alves Filho. Proposta pela deputada Lia Nogueira, em razão do falecimento do senhor Júlio César Arthur da Costa Escobar. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o nobre deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a nobre deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Amarildo Cruz. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares. Transferida... Mais uma vez agradeço aos deputados pelo empenho na formação dos blocos, já com a indicação de alguns líderes. Espero que na sessão de amanhã tenhamos todos os líderes definidos, que possamos efetivamente compor as comissões para que na próxima semana possamos



já adiantar os trabalhos e os projetos. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente Sessão (10h36min).